

TERMO DE CONTRATO Registrado às fls.09. Em 30/09/2020. <i>Gerência de Contratos e Convênios//FME</i>	Nº 031/2020 Livro Nº 01/2020	CONTRATO QUE ENTRE SI FAZEM A FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE NITERÓI E O CENTRO EDUCACIONAL A.D.S / JARDIM ESCOLA MEU PEQUENO MUNDO , NA FORMA ABAIXO:
--	--	--

Aos 30 (trinta) dias do mês de setembro de 2020 (dois mil e vinte) a **FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – FME**, pessoa jurídica de direito público, integrada ao Município de Niterói, com sede na Rua Visconde do Uruguai, nº. 414, Centro, Niterói/RJ, inscrita no CNPJ sob o Nº. 39.244.595/0001-66, doravante denominada **CONTRATANTE**, neste ato representada por seu Presidente **FERNANDO SOARES DA CRUZ**, brasileiro, portador da Carteira de Identidade Nº 05888535-1 e CPF Nº 817.608.177-91, residente e domiciliado nesta cidade e a empresa **CENTRO EDUCACIONAL A.D.S / JARDIM ESCOLA MEU PEQUENO MUNDO**, situada na Rua Senador Nabuco, nº 21, Centro, Niterói/RJ, Tel. (21) 2717.0239/988839399 e inscrita no CNPJ sob o N.º 31.836950/0001-84, daqui por diante denominada **CONTRATADA**, representada neste ato por **MARIA ANGELA SARMET MOREIRA DAMAS DOS SANTOS**, portadora da Carteira de Identidade N.º 07.891.632-7 DETRAN/RJ e inscrita no CPF sob o N.º. 006443007-36, resolvem celebrar o presente **CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EDUCACIONAIS** no âmbito do Programa Escola Parceira, instituído pela Lei Municipal nº 3.492/2020 e regulamentado pelo Decreto Municipal nº 13.654/2020, com fundamento no processo administrativo nº 210/3675/2020, que se regerá pelas normas da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1.993, do Instrumento Convocatório e do Termo de Referência, aplicando-se a este contrato suas disposições irrestrita e incondicionalmente, bem como pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

O presente Contrato tem por objeto a **prestação de serviços educacionais no âmbito do Programa Escola Parceira** na forma do Termo de Referência e do Instrumento Convocatório do Processo Administrativo nº 210/2615/2020 e através do Ofício nº 014 da Comissão Especial para Credenciamento das Instituições interessadas em participar do Programa Escola Parceira, às fls. 002, Processo Administrativo 210/3675/2020.

CLÁUSULA SEGUNDA: DO PRAZO

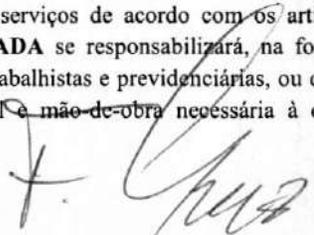
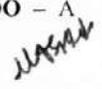
O prazo de vigência do presente contrato será de **12 (doze) meses**, conforme disposto no Termo de Referência às fls. 003/058 e no item 9 do Edital Conjunto Nº 04/2020, às fls. 135/146 do Processo Administrativo 210/2615/2020. **PARÁGRAFO ÚNICO** – O prazo previsto no item acima poderá ser revisto e prorrogado nas hipóteses e forma a que alude o art. 57, inciso I e II da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA TERCEIRA: DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

Constituem obrigações do **CONTRATANTE**: **a)** efetuar os pagamentos devidos à **CONTRATADA**, nas condições estabelecidas neste contrato; **b)** fornecer à **CONTRATADA** documentos, informações e demais elementos que possuir e pertinentes à execução do presente contrato; **c)** exercer a fiscalização do contrato; **d)** receber provisória e definitivamente o objeto do contrato, nas formas definidas no edital e no contrato; **e)** Realizar o acompanhamento pedagógico do programa por intermédio da Secretaria Municipal de Educação.

CLÁUSULA QUARTA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Constituem obrigações da **CONTRATADA**: **a)** Conduzir os serviços de acordo com as normas do serviço e as especificações técnicas e, ainda, com estrita observância do instrumento convocatório, do Termo de Referência, da Proposta de Preços e da legislação vigente; **b)** Prestar o serviço no endereço constante da Proposta Detalhe ou Termo de Referência; **c)** Prover os serviços ora contratados, com pessoal adequado e capacitado em todos os níveis de trabalho; **d)** Iniciar e concluir os serviços nos prazos estipulados; **e)** Comunicar ao Fiscal do contrato, por escrito e tão logo constatado problema ou a impossibilidade de execução de qualquer obrigação contratual, para a adoção das providências cabíveis; **f)** Responder pelos serviços que executar, na forma do ato convocatório e da legislação aplicável; **g)** Elaborar relatório mensal sobre a prestação dos serviços, dirigido ao fiscal do contrato, relatando todos os serviços realizados, eventuais problemas verificados e qualquer fato relevante sobre a execução do objeto contratual; **h)** Manter, durante toda a duração deste contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, as condições de habilitação e qualificação exigidas para participação na licitação; **i)** Cumprir todas as obrigações e encargos sociais trabalhistas; **j)** Indenizar todo e qualquer dano e prejuízo pessoal ou material que possa advir, direta ou indiretamente, do exercício de suas atividades ou serem causados por seus funcionários ou colaboradores à **CONTRATANTE**, aos usuários ou terceiros; **l)** comprometer-se a não reduzir o número de empregados durante os 18 (dezoito) meses de pagamento das bolsas; **m)** realizar prestações de contas mensais da utilização das vagas, que poderão ser auditadas pelo órgão central de controle interno do Município; **n)** divulgar, na internet e em locais visíveis de suas sedes sociais e dos estabelecimentos em que exerçam suas ações, seu credenciamento ao Programa Escola Parceira, bem como a quantidade de vagas oferecidas; **o)** efetivar a matrícula da criança pré-classificada e encaminhada pela SME, após a entrega da documentação elencada no inciso IV do artigo 15 do Decreto Municipal nº 13.654/2020, a verificação e a comprovação das informações prestadas por seu responsável no ato do cadastramento; **p)** conduzir os serviços de acordo com os artigos 19 a 23, do Decreto Municipal nº 13.654/2020. **PARÁGRAFO PRIMEIRO** – A **CONTRATADA** se responsabilizará, na forma do Contrato, por todos os ônus, encargos e obrigações comerciais, fiscais, sociais, tributárias, trabalhistas e previdenciárias, ou quaisquer outras previstas na legislação em vigor, bem como por todos os gastos e encargos com material e mão-de-obra necessária à completa realização dos serviços, até o seu término. **PARÁGRAFO SEGUNDO** – A

CONTRATADA é a única e exclusiva responsável pelos ônus trabalhistas gerados por seus empregados, que porventura serão utilizados por força da execução do presente contrato. **PARÁGRAFO TERCEIRO** – Em caso do ajuizamento das ações trabalhistas pelos empregados da **CONTRATADA** ou da verificação da existência de débitos previdenciários, decorrentes da execução do presente contrato pela **CONTRATADA**, com a inclusão do Município do Niterói no polo passivo como responsável subsidiário, o **CONTRATANTE** poderá reter, das parcelas vincendas, o correspondente a três vezes o montante dos valores em cobrança, que serão complementados a qualquer tempo com nova retenção em caso de insuficiência. **PARÁGRAFO QUARTO** – A retenção prevista no parágrafo anterior será realizada na data do conhecimento pelo Município de Niterói da existência da ação trabalhista ou da verificação da existência de débitos previdenciários. **PARÁGRAFO QUINTO** – Somente será liberada com o trânsito em julgado da decisão de improcedência dos pedidos ou do efetivo pagamento do título executivo judicial ou do débito previdenciário pela Adjudicatária. **PARÁGRAFO SEXTO** – Em não ocorrendo nenhuma das hipóteses previstas no parágrafo quarto, o **CONTRATANTE** efetuará o pagamento devido nas ações trabalhistas ou dos encargos previdenciários, com o valor retido, não cabendo, em nenhuma hipótese, ressarcimento à **CONTRATADA**. **PARÁGRAFO SÉTIMO** – Ocorrendo o término do contrato sem que tenha se dado a decisão final da ação trabalhista ou decisão final sobre o débito previdenciário, o valor ficará retido e será pleiteado em processo administrativo após o trânsito em julgado e/ou o pagamento da condenação/dívida. **PARÁGRAFO OITAVO** – A **CONTRATADA**, obrigatoriamente, se submete a cumprir os itens elencados tanto no Termo de Referência como no Instrumento Convocatório.

CLÁUSULA QUINTA: DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas com a execução do presente contrato correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias, para o corrente exercício de 2020.

NATUREZA DA DESPESA: 33.90.39
FONTE DE RECURSOS: 138
PROGRAMA DE TRABALHO: 20.43.12.122.01.48.77.77

PARÁGRAFO ÚNICO – As despesas relativas aos exercícios subsequentes correrão por conta das dotações orçamentárias respectivas, devendo ser empenhadas no início de cada exercício.

CLÁUSULA SEXTA: DA ANTECIPAÇÃO DO PAGAMENTO

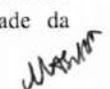
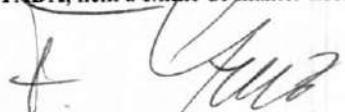
Conforme estipulado no art. 23, § 4º do Decreto Municipal nº 13.654/2020, a antecipação do pagamento dos 06 (seis) primeiros meses das bolsas de estudo concedidas pelas Instituições Privadas de Ensino que matricularem as crianças indicadas pela FME através de lista encaminhada pela Secretaria Municipal de Educação, Ciência e Tecnologia – SEMECT será concedida mediante a confirmação de matrícula de acordo com o anexo VII do Termo de Referência. **PARÁGRAFO ÚNICO** – Todo o período cujo pagamento for antecipado e não houver a correspondente prestação do serviço enquanto as aulas estiverem suspensas, será obrigatoriamente compensado e as aulas repostas posteriormente durante o período contratual de **12 (doze) meses** estipulado neste Termo, podendo se estender ao período de prorrogação, de forma a adequar o número de mensalidades pagas ao serviço efetivamente prestado, sujeitando-se à **CONTRATADA** às sanções administrativas e penalidades estipuladas na Cláusula Décima Quarta.

CLÁUSULA SÉTIMA: VALOR DO CONTRATO:

O valor total do presente contrato é de **R\$ 162.500,00** (cento e sessenta e dois mil, quinhentos reais) à conta do Programa de Trabalho Nº 20.43.122.0148.7777; Código de Despesa Nº 3.3.3.9.0.39.00.00.00; Fonte: 138 ; Nota de Empenho nº 000431 /2020 referente ao exercício do ano de 2020 e o restante será empenhado no início do próximo exercício.

CLÁUSULA OITAVA: DA EXECUÇÃO, DO RECEBIMENTO E DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

O contrato deverá ser executado, fielmente, de acordo com as cláusulas avençadas, nos termos do instrumento convocatório, do Termo de Referência, do cronograma de execução do contrato e da legislação vigente, respondendo o inadimplente pelas consequências da inexecução total ou parcial. **PARÁGRAFO PRIMEIRO** – Caberá ao Sr. **José Henrique Antunes**, Matrícula nº 1242.314-0, Subsecretário de Projetos Especiais, lotado na Secretaria Municipal de Educação, Ciência e Tecnologia - SEMECT, responder administrativamente pela gestão do presente Contrato e acompanhar de forma ampla, irrestrita e permanente a fiscalização, através dos servidores João Carlos Schneider Gonçalves, agente de Administração Educacional, lotado na Secretaria Municipal de Educação, Ciência e Tecnologia – SEMECT, Matrícula nº 236.333-1 e Ana Cristina Costa dos Santos, Supervisora Educacional, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Ciência e Tecnologia - SEMECT, Matrícula nº 233.567-7, de todas as fases da execução dos serviços contratados e do comportamento do pessoal da **CONTRATADA**, sem prejuízo da obrigação desta de fiscalizar seus empregados, prepostos ou subordinados, em relação a prestação dos serviços. **PARÁGRAFO PRIMEIRO** – As prestações de serviços cujos padrões de qualidade e desempenho estejam em desacordo com a especificação do edital e do Termo de Referência deverão ser recusados pelo responsável pela execução e fiscalização do contrato, que anotará em registro próprio as ocorrências e determinará o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados. No que exceder à sua competência, comunicará o fato à autoridade superior, em 5 (cinco) dias, para ratificação. **PARÁGRAFO SEGUNDO** – A **CONTRATADA** declara, antecipadamente, aceitar todas as condições, métodos e processos de inspeção, verificação e controle adotados pela fiscalização, obrigando-se a fornecer todos os dados, elementos, explicações, esclarecimentos e comunicações de que esta necessitar e que forem julgados necessários ao desempenho de suas atividades. **PARÁGRAFO TERCEIRO** – A instituição e a atuação da fiscalização não excluem ou atenuam a responsabilidade da **CONTRATADA**, nem a exige de manter fiscalização própria.



CLÁUSULA NONA: DA RESPONSABILIDADE

A **CONTRATADA** é responsável por danos causados ao **CONTRATANTE** ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do contrato, não excluída ou reduzida essa responsabilidade pela presença de fiscalização ou pelo acompanhamento da execução por órgão da Administração. **PARÁGRAFO PRIMEIRO** – A **CONTRATADA** é responsável por encargos trabalhistas, inclusive decorrentes de acordos, dissídios e convenções coletivas, previdenciários, fiscais e comerciais oriundos da execução do contrato, podendo o **CONTRATANTE**, a qualquer tempo, exigir a comprovação do cumprimento de tais encargos, como condição do pagamento dos créditos da **CONTRATADA**. **PARÁGRAFO SEGUNDO** – A **CONTRATADA** será obrigada a reapresentar a Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, ou Certidão Conjunta Positiva com efeito negativo, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), que abrange, inclusive, as contribuições sociais previstas nas alíneas a a d, do parágrafo único, do art. 11, da Lei nº 8.212, de 1991, da comprovação de regularidade fiscal em relação aos tributos incidentes sobre a atividade objeto deste contrato e do Certificado de Regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), assim como a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), sempre que expirados os respectivos prazos de validade. **PARÁGRAFO TERCEIRO** – A ausência da apresentação dos documentos mencionados no **PARÁGRAFO SEGUNDO** ensejará a imediata expedição de notificação à **CONTRATADA**, assinalando o prazo de 10 (dez) dias para a cabal demonstração do cumprimento das obrigações trabalhistas e previdenciárias e para a apresentação de defesa, no mesmo prazo, para eventual aplicação da penalidade de advertência, na hipótese de descumprimento total ou parcial destas obrigações no prazo assinalado. **PARÁGRAFO QUARTO** – Permanecendo a inadimplência total ou parcial o contrato será rescindido. **PARÁGRAFO QUINTO** – será expedida notificação à **CONTRATADA** para apresentar prévia defesa, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, para dar início ao procedimento de rescisão contratual e de aplicação da penalidade de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública, pelo prazo de 1 (um) ano.

CLÁUSULA DÉCIMA: CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

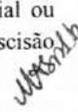
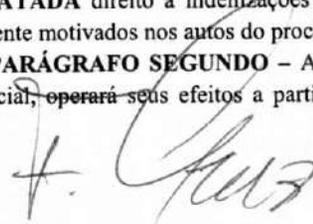
O **CONTRATANTE** deverá pagar à **CONTRATADA** o valor total de R\$ 162.500,00 (cento e sessenta e dois mil e quinhentos reais), sendo R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais) a título de bolsas de estudo e R\$ 12.500,00 (doze mil e quinhentos reais) a título de material didático, paradidático e uniforme. O valor correspondente às bolsas de estudos será pago da seguinte forma: primeira parcela será no valor de R\$ 75.500,00 (setenta e cinco mil e quinhentos reais), relativo ao pagamento antecipado dos 06 (seis) primeiros meses, e as demais, a partir do sétimo mês, no valor de R\$ 12.500,00 (doze mil e quinhentos reais), cada uma delas, sendo efetuadas mensal, sucessiva e diretamente em conta corrente de titularidade da **CONTRATADA** a ser informada posteriormente, junto à instituição financeira contratada pelo Município. O valor correspondente ao material didático, paradidático e uniforme será pago anualmente no valor de R\$ 12.500,00 (doze mil e quinhentos reais) e de forma antecipada, junto com a primeira bolsa de estudos após o efetivo início da prestação do serviço (aulas). **PARÁGRAFO PRIMEIRO** – No caso de a **CONTRATADA** estar estabelecida em localidade que não possua agência da instituição financeira contratada pelo Município ou caso verificada pelo **CONTRATANTE** a impossibilidade de a **CONTRATADA**, em razão de negativa expressa da instituição financeira contratada pelo Município de Niterói, abrir ou manter conta corrente naquela instituição financeira, o pagamento poderá ser feito mediante crédito em conta corrente de outra instituição financeira. Nesse caso, eventuais ônus financeiros e/ou contratuais adicionais serão suportados exclusivamente pela **CONTRATADA**. **PARÁGRAFO SEGUNDO** – O pagamento somente será autorizado após a declaração de recebimento da execução do objeto, mediante atestação. **PARÁGRAFO TERCEIRO** – A **CONTRATADA** deverá encaminhar a nota fiscal ou fatura para pagamento em favor da Fundação Municipal de Educação de Niterói, CNPJ: 39.244.595/0001-66, Inscrição Estadual: Isento, sito à Rua Visconde do Uruguai, nº. 414, Centro, Niterói/RJ. **PARÁGRAFO QUARTO** – O pagamento será realizado no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data final do período de adimplimento de cada parcela. **PARÁGRAFO QUINTO** – Considera-se adimplimento o cumprimento da prestação com a entrega do objeto, devidamente atestado pelo (s) agente (s) competente (s). **PARÁGRAFO SEXTO** – Caso se faça necessária a reapresentação de qualquer nota fiscal ou fatura por culpa da **CONTRATADA**, o prazo de 30 (trinta) dias ficará suspenso, prosseguindo a sua contagem a partir da data da respectiva representação. **PARÁGRAFO SÉTIMO** – O atraso injustificado no cumprimento das obrigações contratuais sujeitará a contratada à multa de mora de 1% (um por cento) por dia útil que exceder o prazo estipulado, a incidir sobre o valor da nota de empenho ou do saldo não atendido, respeitado o limite do art. 412 do Código Civil, sem prejuízo da possibilidade de rescisão unilateral do contrato pelo **CONTRATANTE** ou da aplicação das sanções administrativas.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

O presente contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas, nas hipóteses previstas no artigo 65, da Lei nº 8.666/93, mediante termo aditivo.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DA RESCISÃO

O presente contrato poderá ser rescindido por ato unilateral do **CONTRATANTE**, pela inexecução total ou parcial do disposto na cláusula quarta ou das demais cláusulas e condições, nos termos dos artigos 77 e 80 da Lei nº 8.666/93, sem que caiba à **CONTRATADA** direito a indenizações de qualquer espécie. **PARÁGRAFO PRIMEIRO** – Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo administrativo, assegurado à **CONTRATADA** o direito ao contraditório e a prévia e ampla defesa. **PARÁGRAFO SEGUNDO** – A declaração de rescisão deste contrato, independentemente da prévia notificação judicial ou extrajudicial, operará seus efeitos a partir da publicação em Diário Oficial. **PARÁGRAFO TERCEIRO** – Na hipótese de rescisão



administrativa, além das demais sanções cabíveis, o Município poderá: a) reter, a título de compensação, os créditos devidos à contratada e cobrar as importâncias por ela recebidas indevidamente; b) cobrar da contratada multa de 10% (dez por cento), calculada sobre o saldo reajustado do objeto contratual não executado e; c) cobrar indenização suplementar se o prejuízo for superior ao da multa. **PARÁGRAFO QUARTO** – Comprovada a prática de ato lesivo à Administração Pública nos termos do art. 5º da Lei 12.846/13, por meio de decisão judicial transitada em julgado ou processo administrativo no âmbito da Administração Pública Direta ou Indireta de Niterói, o instrumento poderá ser rescindido sem prejuízo da aplicação da multa

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS DE MAIS PENALIDADES

A inexecução dos serviços, total ou parcial, execução imperfeita, mora na execução ou qualquer inadimplemento ou infração contratual, sujeita a CONTRATADA, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal que couber, assegurado o contraditório e a prévia e ampla defesa, às seguintes penalidades: **a)** advertência; **b)** multa de até 5% (cinco por cento) sobre o valor do Contrato, aplicada de acordo com a gravidade da infração e proporcionalmente às parcelas não executadas. Nas reincidências específicas, a multa corresponderá ao dobro do valor da que tiver sido inicialmente imposta. **c)** suspensão temporária do direito de licitar e impedimento de contratar com a administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos; **d)** declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública; **PARÁGRAFO PRIMEIRO** – A imposição das penalidades é de competência exclusiva do CONTRATANTE, observada a regra prevista no parágrafo sexto. **PARÁGRAFO SEGUNDO** – A sanção prevista na alínea **b** desta Cláusula poderá ser aplicada cumulativamente a qualquer outra. **PARÁGRAFO TERCEIRO** – A aplicação de sanção não exclui a possibilidade de rescisão administrativa do Contrato, garantido o contraditório e a defesa prévia. **PARÁGRAFO QUARTO** – A multa administrativa prevista na alínea **b** não tem caráter compensatório, não eximindo o seu pagamento a CONTRATADA por perdas e danos das infrações cometidas. **PARÁGRAFO QUINTO** – O atraso injustificado no cumprimento das obrigações contratuais sujeitará a contratada à multa de mora de 1% (um por cento) por dia útil que exceder o prazo estipulado, a incidir sobre o valor da nota de empenho ou do saldo não atendido, respeitado o limite do art. 412 do Código Civil, sem prejuízo da possibilidade de rescisão unilateral do contrato pelo CONTRATANTE ou da aplicação das sanções administrativas. **PARÁGRAFO SEXTO** – Antes da aplicação de qualquer penalidade administrativa, será garantido o exercício do contraditório e ampla defesa no prazo de 5 (cinco) dias contados da notificação pessoal do contratado. **PARÁGRAFO SÉTIMO** – A aplicação da sanção prevista na alínea **d** é de competência exclusiva do Prefeito de Niterói e dos Secretários Municipais, devendo ser precedida de defesa do interessado, no prazo de 10 (dez) dias. **PARÁGRAFO OITAVO** – O prazo da suspensão ou da declaração de inidoneidade será fixado de acordo com a natureza e a gravidade da falta cometida, observado o princípio da proporcionalidade. **PARÁGRAFO NONO** – Será remetida à Secretaria Municipal de Administração cópia do ato que aplicar qualquer penalidade ou da decisão final do recurso interposto pela CONTRATADA, a fim de que seja averbada a penalização no Registro Cadastral.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DO RECURSO AO JUDICIÁRIO

As importâncias decorrentes de quaisquer penalidades impostas à CONTRATADA, inclusive as perdas e danos ou prejuízos que a execução do contrato tenha acarretado, quando superiores à garantia prestada ou aos créditos que a CONTRATADA tenha em face da CONTRATANTE, que não comportarem cobrança amigável, serão cobrados judicialmente. **PARÁGRAFO ÚNICO** – Caso o CONTRATANTE tenha de recorrer ou comparecer a juízo para haver o que lhe for devido, a CONTRATADA ficará sujeita ao pagamento, além do principal do débito, da pena convencional de 10% (dez por cento) sobre o valor do litígio, dos juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, despesas de processo e honorários de advogado.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: DA SUBCONTRATAÇÃO, CESSÃO OU TRANSFERÊNCIA

O presente contrato não poderá ser objeto de subcontratação, cessão ou transferência no todo ou em parte, a não ser com prévio e expresso consentimento do CONTRATANTE e sempre mediante instrumento próprio, devidamente motivado, a ser publicado no Diário Oficial do Município de Niterói. **PARÁGRAFO PRIMEIRO** – O cessionário ficará sub-rogado em todos os direitos e obrigações do cedente e deverá atender a todos os requisitos de habilitação estabelecidos no instrumento convocatório e legislação específica. **PARÁGRAFO SEGUNDO**: Em qualquer caso, o consentimento na cessão não importa na quitação, exoneração ou redução da responsabilidade, da cedente CONTRATADA perante a CONTRATANTE. **PARÁGRAFO TERCEIRO** - Fica expressamente vedada a possibilidade de subcontratação de cooperativas. **PARÁGRAFO QUARTO** - O subcontratado será responsável, junto com a Adjudicatária, pelas obrigações decorrentes do objeto do contrato, inclusive as atinentes à Contratada, descritas na cláusula décima quarta, quanto aos aspectos previdenciários e trabalhistas, nos limites da subcontratação, sendo-lhe aplicável, assim como a seus sócios, as limitações convencionais e legais.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: EXCEÇÃO DE INADIMPLEMENTO

Constitui cláusula essencial do presente contrato, de observância obrigatória por parte da CONTRATADA, a impossibilidade, perante o CONTRATANTE, de opor, administrativamente, exceção de inadimplemento, como fundamento para a interrupção unilateral do serviço. **PARÁGRAFO ÚNICO** – É vedada a suspensão do contrato a que se refere o art. 78, XIV, da Lei nº 8.666/93, pela CONTRATADA, sem a prévia autorização judicial.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO

A CONTRATADA se obriga a manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

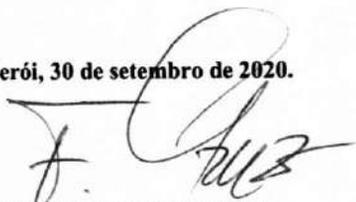
CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA: DA PUBLICAÇÃO

A FME providenciará a publicação do presente Contrato até o 5º (quinto) dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de 20 (vinte) dias daquela data, em extrato, no Diário Oficial do Município (Jornal "A TRIBUNA"), devendo ser encaminhada ao Tribunal de Contas do Estado, para conhecimento, cópia autenticada do contrato, na forma e no prazo determinado por este.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA: DO FORO DE ELEIÇÃO

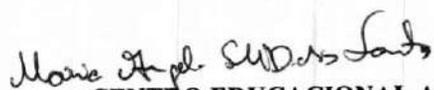
Fica eleito o Foro da Cidade de Niterói, para dirimir qualquer litígio decorrente do presente contrato que não possa ser resolvido por meio amigável, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja. E, por estarem assim acordes em todas as condições e cláusulas estabelecidas neste contrato, firmam as partes o presente instrumento em **04 (quatro) vias** de igual forma e teor, depois de lido e achado conforme, em presença de testemunhas abaixo firmadas.

Niterói, 30 de setembro de 2020.



FERNANDO SOARES DA CRUZ
Presidente da FME

X



CENTRO EDUCACIONAL A.D.S
MARIA ANGELA SARMET MOREIRA DAMAS DOS SANTOS

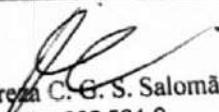
Testemunhas:

1 _____

CPF N° :

2 _____

CPF N°:


Theresia C. G. S. Salomão
Mat. 235.584-0**FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**

Atos do Presidente

TERMO DE CONTRATO Nº 025/2020

Instrumento: TERMO DE CONTRATO Nº 025/2020 Partes: FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO e FLORESTINHA EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL. Objeto: prestação de serviços educacionais no âmbito do Programa Escola Parceira na forma do Termo de Referência e do Instrumento Convocatório do Processo Administrativo nº 210/2615/2020 e através do Ofício nº 017 da Comissão Especial para Credenciamento das Instituições Interessadas em participar do Programa Escola Parceira, às fls. 02, Processo Administrativo 210/3678/2020. Prazo: O prazo de vigência do presente contrato será de 12 (doze) meses, conforme disposto no Termo de Referência às fls. 003/058 e no item 9 do Edital Conjunto Nº 04/2020, às fls. 135/148 do Processo Administrativo 210/2615/2020. Valor: O valor total do presente contrato é de R\$ 286.000,00 (duzentos e oitenta e seis mil reais) à conta do Programa de Trabalho Nº 20.43.122.0148.7777, Código de Despesa Nº 3.3.3.9.0.39.00.00.00; Fonte: 138; Nota de Empenho nº 000403/2020 referente ao exercício do ano de 2020 e o restante será empenhado no início do próximo exercício. Gestor/Fiscal: de acordo com a Portaria FME Nº 594/2020. Fundamento Legal: Lei Municipal nº 3.492/2020, Decreto Municipal nº 13.854/2020 e Lei nº 8.666/93. Processo: 210/3678/2020. Data da Assinatura: 25/09/2020.

PORTARIA FME Nº 594/2020

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso de atribuições legais e estatutárias, RESOLVE:

Art. 1º: Designar, em conformidade com o Decreto Nº 11.950/2015, como Gestor o Sr. José Henrique Antunes, Matrícula nº 1242.314-0, Subsecretário de Projetos Especiais, lotado na Secretaria Municipal de Educação, Ciência e Tecnologia - SEMECT, responder administrativamente pela gestão do presente Contrato e acompanhar de forma ampla, irrestrita e permanente a fiscalização, através dos servidores João Carlos Schneider Gonçalves, agente de Administração Educacional, lotado na Secretaria Municipal de Educação, Ciência e Tecnologia - SEMECT, Matrícula nº 236.333-1 e Ana Cristina Costa dos Santos, Supervisora Educacional, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Ciência e Tecnologia - SEMECT, Matrícula nº 233.567-7, do Contrato nº 025/2020, a prestação de serviços educacionais no âmbito do Programa Escola Parceira, Processo Administrativo 210/3678/2020.

Art. 2º: Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos à 25/09/2020.

TERMO DE CONTRATO Nº 031/2020

Instrumento: TERMO DE CONTRATO Nº 031/2020 Partes: FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO e CENTRO EDUCACIONAL A.D.S / JARDIM ESCOLA MEU PEQUENO MUNDO. Objeto: A prestação de serviços educacionais no âmbito do Programa Escola Parceira na forma do Termo de Referência e do Instrumento Convocatório do Processo Administrativo nº 210/2615/2020 e através do Ofício nº 014 da Comissão Especial para Credenciamento das Instituições Interessadas em participar do Programa Escola Parceira, às fls. 02, Processo Administrativo 210/3675/2020. Prazo: O prazo de vigência do presente contrato será de 12 (doze) meses, conforme disposto no Termo de Referência às fls. 003/058 e no item 9 do Edital Conjunto Nº 04/2020, às fls. 135/148 do Processo Administrativo 210/2615/2020. Valor: O valor total do presente contrato é de R\$ 162.800,00 (cento e sessenta e dois mil, quinhentos reais) à conta do Programa de Trabalho Nº 20.43.122.0148.7777, Código de Despesa Nº 3.3.3.9.0.39.00.00.00; Fonte: 138; Nota de Empenho nº 000431/2020 referente ao exercício do ano de 2020 e o restante será empenhado no início do próximo exercício. Gestor/Fiscal: de acordo com a Portaria FME Nº 602/2020. Fundamento Legal: Lei Municipal nº 3.492/2020, Decreto Municipal nº 13.854/2020 e Lei nº 8.666/93. Processo: 210/3675/2020. Data da Assinatura: 30/09/2020.

PORTARIA FME Nº 602/2020

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso de atribuições legais e estatutárias, RESOLVE:

Art. 1º: Designar, em conformidade com o Decreto Nº 11.950/2015, como Gestor o Sr. José Henrique Antunes, Matrícula nº 1242.314-0, Subsecretário de Projetos Especiais, lotado na Secretaria Municipal de Educação, Ciência e Tecnologia - SEMECT, responder administrativamente pela gestão do presente Contrato e acompanhar de forma ampla, irrestrita e permanente a fiscalização, através dos servidores João Carlos Schneider Gonçalves, agente de Administração Educacional, lotado na Secretaria Municipal de Educação, Ciência e Tecnologia - SEMECT, Matrícula nº 236.333-1 e Ana Cristina Costa dos Santos, Supervisora Educacional, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Ciência e Tecnologia - SEMECT, Matrícula nº 233.567-7, do Contrato nº 031/2020, a prestação de serviços educacionais no âmbito do Programa Escola Parceira, Processo Administrativo 210/3675/2020.

Art. 2º: Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos à 30/09/2020.